



Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017

RECRUSUL S.A.

CNPJ. nº 91.333.666/0001-17

NIRE 43.300.005.003

Companhia Aberta

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA RELATIVA ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO 2016

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Lei 6.404/1976 e alterações posteriores c.c.
Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009

ÍNDICE

Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia (Item 10 do formulário de referência da instrução CVM 480/09)	02
Informações sobre a destinação do Lucro Líquido (Anexo 9 da instrução CVM 481/09)	09
Informações sobre os candidatos ao Conselho de Administração da Companhia (Sub-itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência da instrução CVM 480/09)	12
Informações sobre a remuneração dos administradores da Companhia (Item 13 do formulário de referência da instrução CVM 480/09)	15
Informações sobre aumento de capital social da Companhia (Anexo 14 da instrução CVM 481/09)	20
Informações sobre reforma do estatuto social da Companhia (Art. 11 da instrução CVM 481/09)	21

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA
(ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA INSTRUÇÃO CVM 480/09)

10. Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016:

10.1. a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Companhia está finalizando o processo de alienação imobiliária do ativo industrial localizado na cidade de Sapucaia do Sul – RS com o objetivo de liquidar passivos trabalhistas e quirografários.

Mesmo com o cenário econômico bastante adverso, a Companhia está trabalhando no objetivo de reativar sua linha de produção de implementos rodoviários.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. Hipóteses de resgate

Não se aplica.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Foi homologada pela Excelentíssima Juíza de Direito Cível da Comarca de Sapucaia do Sul, em 02/05/2016, a única proposta firme de compra do Ativo Imobiliário da Companhia, referendado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, homologada a aprovação do Plano de Reestruturação dos Pagamentos da Recuperação Judicial de 2006. O comprador do ativo imobiliário é a empresa Dimorano Comercial de Equipamentos Ltda, fazendo parte do grupo Dalla Santa – um dos maiores Grupos Imobiliários da Região Metropolitana de Porto Alegre. O valor líquido e certo foi de R\$ 14,5 milhões a serem pagos em três parcelas de R\$ 2,0 milhões e o restante em dezoito parcelas de R\$ 472,2 mil. Com isto, e com a aprovação do ajuste dos pagamentos dos credores das classes trabalhistas, quirografárias e extra-concursais, poderemos implementar o Plano de Ajuste aprovado na AGC de 07 de janeiro de 2016 e tão longamente esperado por todos nossos acionistas bem como todos aqueles que acompanham a reestruturação da Recrusul S/A.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Não se aplica.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não se aplica

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		Taxa a.m%
	2016	2015	2016	2015	
Antecipação Recebíveis Finame	330	330	330	330	a)
Empréstimos Bancários	5.890	15.832	5.890	15.832	b)
TOTAL	6.220	16.162	6.220	16.162	
Total Circulante	2.620	12.806	2.620	12.806	
Total Não Circulante	3.600	3.356	3.600	3.356	

a) A taxa média é de CDI+0,8% a.m a CDI+1,2% a.m

b) A taxa média é de CDI+0,8% a.m

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	2016	2015	2014	2013	2012
Receita Líquida	-	592	2.056	19.050	12.951
(-)CPV	-	(389)	(1.639)	(14.343)	(9.674)
Lucro Bruto	-	203	417	4.707	3.277
(-)Despesas com Vendas	(1)	(41)	(2.293)	(1.363)	(470)
(-)Despesas com Administrativas	(860)	(1.016)	(2.764)	(2.945)	(2.915)
(+/-)Outras Receitas (Despesas) Operacionais (nota 20)	(5.602)	(4.464)	(17.996)	(3.256)	(6.550)
=EBIT	(6.463)	(5.318)	(22.636)	(2.857)	(6.658)
(+) Depreciação	334	357	392	481	523
=EBITDA	(1.493)	(1.937)	(9.283)	(850)	(2.167)
Margem EBITDA - %	0,0%	-327,2%	-451,5%	-4,5%	-16,7%
Lucro Líquido - Consolidado	(29.823)	(17.106)	(42.697)	(7.734)	(14.746)
Lucro Líquido - Controladora (Recrusul S/A)	(29.788)	(17.093)	(42.714)	(5.202)	(12.490)
Ativo Total - Consolidado	47.984	35.212	37.133	96.884	92.198
Patrimônio Líquido - Consolidado	(81.818)	(104.147)	(86.682)	(43.113)	(35.490)
Patrimônio Líquido - Controladora (Recrusul S/A)	(76.047)	(98.801)	(81.760)	(39.720)	5.685
Endividamento (PP, Tributário e Empréstimos) - Consolidado	111.639	105.902	96.025	113.238	106.882
Endividamento (PP, Tributário e Empréstimos) - Controladora	108.735	85.720	77.429	75.735	69.605
Número de Funcionários - Consolidado	35	35	54	112	106
Receita Líquida/Funcionário - Consolidado		16,9	38,1	170,1	122,2

PP - Plano de Parcelamento

OBS.: Do total de Outras Despesas Operacionais apenas a ociosidade teve efeito caixa. Portanto, o EBITDA calculado e ajustado levou em consideração estes ajustes conforme ICVM 527. Em 2016 a ociosidade foi de R\$ 2.098 mil e as Provisões trabalhistas e + ajustes de estoque totalizaram R\$ 4.636 mil. A Nota Explicativa 17 contém a abertura destas despesas.

OBS.: Do total de Outras Despesas Operacionais apenas a ociosidade teve efeito caixa. Portanto, o EBITDA calculado e ajustado levou em consideração estes ajustes conforme ICVM 527. Em 2014 a ociosidade foi de R\$ 2.970 mil e as Provisões trabalhistas totalizaram R\$ 19 mil. A Nota Explicativa 19 contém a abertura destas despesas.

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017

10.2. a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Já citadas no item 10.1.h.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Já citadas no item 10.1.a.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não se aplica.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Não se aplica.

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia está elaborando estudos internos para analisar a viabilidade técnica, econômica e comercial para o retorno de vendas e produção de sua linha de equipamentos de refrigeração e ar-condicionado para ônibus.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c. Eventos ou operações não usuais

Não se aplica.

10.4. a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração das demonstrações financeiras já estão consideradas as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, as quais modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O maior efeito contábil com a adoção do Padrão Internacional de Demonstrações Financeiras (IFRS) foi o valor de R\$ 9,1 milhões lançados como Ajuste Avaliação Patrimonial Consolidado nas contas de Patrimônio Líquido. A contrapartida deste valor foi lançado na conta de Imobilizado no ano de 2010 e sofre redução proporcionalmente quando da realização da depreciação dos itens avaliados.

c. Ênfases presentes no parecer do auditor

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Na opinião da Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Recrusul S/A e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ênfase – Integralização do Capital social

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017

Conforme notas explicativas 01 e 13.1, através de Ata de Reunião do Conselho de Administração de 20 de julho de 2016 a Companhia efetuou aumento de capital no montante de R\$ 52.498 mil mediante a subscrição privada de novas ações, sendo R\$33.679 mil oriundos de conversão de dívidas com fornecedores e instituições financeiras, R\$4.452 mil de avais (nota 22) e R\$14.367 mil em espécie, para cumprimento de acordo com credores através das respectivas conversões de dívidas em ações da Companhia e capital de giro para retomada das suas operações. Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 13 de dezembro de 2016, a qual ratifica a ata de aumento de capital, das 11.728 mil ações ordinárias, serão subscritas pela empresa Triskelion Capital Consultoria e Gestão de Investimentos Estratégicos Ltda. ("Triskelion") 9.578.069 novas ações, sendo 8.939.531 ações ordinárias e 638.538 ações preferenciais subscritas pela acionista. Esta empresa deterá o controle da CIA, com 80% das ações. A Triskelion tem o prazo de integralização total do valor, no montante de R\$ 14.367 mil, até o dia 31 de março de 2017, conforme noticiado pela Companhia no Comunicado ao Mercado (Esclarecimento 3T16) datado de 28 de novembro de 2016. Até o presente momento não houve a integralização deste valor, mantendo a empresa o saldo contabilizado em seu ativo como direito a receber. Caso não ocorra a referida integralização o aumento de capital pode ser anulado e a Companhia precisará identificar outros meios de capitalização para financiar seu giro. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase - Parcelamento previsto na Lei nº 12.996/2014

Conforme descrito na nota explicativa 12, em 2014, a Companhia optou em incluir parte do passivo tributário no Parcelamento previsto na Lei nº 12.996/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos na nova modalidade de parcelamento encontra-se pendente de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva do referido débito fiscal. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis resumem-se em:

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e ou despesas correspondentes.

b) Ativos: Circulante e Não Circulante

- Clientes

As contas a receber de clientes estão demonstradas pelo seu valor líquido de realização, inclusive no que tange aos créditos incobráveis que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício como perdas.

A administração da empresa considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a receber são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

- Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado ou custo de reposição (Nota 05).

- Demais ativos circulantes e não circulantes

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

c) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida conta de resultado operacional. Os demais investimentos permanentes estão avaliados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para cobrir eventuais perdas estimadas na realização destes ativos.

d) Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou fabricação e reavaliações, menos depreciações acumuladas, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição ou fabricação e reavaliações corrigidos, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens.

e) Passivos: Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

A administração da empresa considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a pagar são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

f) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações financeiras. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo ou passivo em consonância com a Deliberação CVM 564 (CPC 12).

g) Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da empresa, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis.

Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor divergente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar.

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Conforme mencionado no parecer dos auditores independentes, os exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, os exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Não foi relatada nenhuma imperfeição que viesse a comprometer a confiabilidade dos dados financeiros apresentados ao mercado identificada e/ou reportada pelos auditores.

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:

Não se aplica

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os principais objetivos da capitalização foram:

- (i) Capital de Giro: entre R\$ 10,0 a R\$ 15,0 milhões;
- (ii) Amortização de passivos de curto e longo prazo: aproximadamente R\$ 36,0 a R\$ 38,0 milhões

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve distribuição pública de ações, mas sim oferta privada.

c. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

d. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia possui processo administrativo contestando autuações da Receita Federal do Brasil sobre IPI em pretensa industrialização de carrocerias frigoríficas e caminhões em nossa controlada Refrisa S/A. Este processo foi considerado como possível, mas não provável de perda pelos nossos advogados tributários e, portanto, não foi contabilizado em nossas demonstrações financeiras. O montante em 31/12/2016 alcançava aproximadamente R\$ 11,2 milhões.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017

Caso a Companhia perca as ações citadas no item 10.8.b, os respectivos valores deverão ser contabilizados em nosso passivo tributário, o que acarretará em nossos demonstrativos de resultados despesas equivalentes ao prejuízo a ser contabilizado com a inclusão destas novas dívidas tributárias.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia concentrará seus esforços no aumento da produção sem a necessidade de novos investimentos.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Não se aplica.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não se aplica.

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017

INFORMAÇÕES SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(ANEXO 9 DA INSTRUÇÃO CVM 481/09)

1. **Informar o lucro líquido do exercício**
O resultado deste exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi um prejuízo de R\$ 29,7 milhões.
2. **Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**
Não se aplica.
3. **Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**
Não se aplica.
4. **Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**
Não se aplica.
5. **Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**
 - a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**
Não se aplica.
 - b. **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**
Não se aplica.
 - c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**
Não se aplica
 - d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**
Não se aplica
6. **Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**
 - a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**
Não se aplica.
 - b. **Informar a data dos respectivos pagamentos**
Não se aplica.
7. **Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**
 - a. **Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Ano	Lucro (Prejuízo) do Exercício
2016	(R\$ 29,7 milhões)
2015	(R\$ 17 milhões)
2014	(R\$ 42,7 milhões)

- b. **Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**
Não se aplica.

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017

- 8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**
 - a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

Não se aplica.
 - b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Não se aplica.
- 9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**
 - a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não se aplica.
 - b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não se aplica.
 - c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não se aplica.
 - d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplica.
 - e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não se aplica.
- 10. Em relação ao dividendo obrigatório**
 - a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Conforme o artigo 34, alínea “e” do Estatuto Social da Companhia, “33% (trinta e três por cento), no mínimo, do lucro líquido do exercício, conforme Lei das S.A., será distribuído aos acionistas, a título de dividendos”.
 - b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Não se aplica.
 - c. Informar o montante eventualmente retido**

Não se aplica.
- 11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**
 - a. Informar o montante da retenção**

Não se aplica.
 - b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não se aplica.
 - c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não se aplica.
- 12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**
 - a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não se aplica.
 - b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não se aplica.

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017

- c. Explicar porque a perda foi considerada provável**
Não se aplica.
- d. Justificar a constituição da reserva**
Não se aplica.
- 13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

 - a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
Não se aplica.
 - b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**
Não se aplica.
- 14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

 - a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**
Não se aplica.
 - b. Identificar o montante destinado à reserva**
Não se aplica.
 - c. Descrever como o montante foi calculado**
Não se aplica.
- 15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

 - a. Identificar o montante da retenção**
Não se aplica.
 - b. Fornecer cópia do orçamento de capital**
Não se aplica.
- 16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

 - a. Informar o montante destinado à reserva**
Não se aplica.
 - b. Explicar a natureza da destinação**
Não se aplica.

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017
INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA
(SUB-ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA INSTRUÇÃO CVM 480/09)
Item 12.6 do Formulário de Referência - Administradores e membros do Conselho Fiscal
12.6.1 Conselho de Administração

A Administração da RECRUSUL S/A propõe aos acionistas que, na Assembléia Geral Ordinária convocada para o dia 15 de setembro de 2016, sejam eleitos membros do Conselho de Administração, para um mandato de um ano, os seguintes nomes:

Nome	RICARDO MOTTIN JR.	BERNARDO FLORES	CAIO AURELIO GONZALEZ BLASCO
Idade	52 anos	49 anos	43 anos
Profissão	Engenheiro	Economista	Economista
CPF	417.140.320-00	522.001.830-20	214.086.668-12
Prazo do Mandato	Até AGO 2017	Até AGO 2017	Até AGO 2017
Outros Cargos	Diretor Presidente	Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores	Não se Aplica

12.6.2 Diretoria

A eleição dos membros da Diretoria compete ao Conselho de Administração da Instituição, que indicará os seguintes profissionais:

DIRETORIA (Estatutária)			
Nome	RICARDO MOTTIN JR.		DAVI SOUSA DA ROSA
Idade	52 anos		32 anos
Profissão	Engenheiro		Contador
CPF	417.140.320-00		003.357.470-78
Cargo eletivo	Presidente		Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores
Prazo mandato	01 ano		01 ano
Outros cargos ou funções exercidos na companhia	Presidente do CA		Não se Aplica
Evento a que se refere a letra "b" do item 12.8 do Formulário de Referência – Art. 10 da Instrução CVM 481	Nada consta		Nada consta

12.6.3 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal apenas será nomeado caso haja solicitação por parte de algum acionista de acordo com o Artigo 161 § 2º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Item 12.7 do Formulário de Referência - Fornecer as informações mencionadas no item "12.6" em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

A empresa não possui comitês auxiliares ao Conselho de Administração.

Item 12.8 do Formulário de Referência - Currículo dos Administradores e Membros do Conselho Fiscal
a. Currículo dos Administradores

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017

Nome: Ricardo Mottin Junior – Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Data de nascimento: 26/04/1964

Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico, formado pela UFRGS em 1986; Pós-Graduação em Gestão Empresarial, formado pela UFRGS em 2001.

Experiência Profissional:

Foi executivo, por 10 anos, no Grupo Mundial-Eberle nas áreas de engenharia industrial, sistemas de informação (TI) e logística. Desenvolveu projetos de reestruturação fabril e transferência de unidades entre as empresas do Grupo. Atuou 3 anos na Buettner na reestruturação de logística e posteriormente foi executivo da área de vendas nacionais onde coordenou a implantação do projeto de novas estratégias comerciais. Trabalhou 10 anos na Madef S/A, empresa fabricante de equipamentos para refrigeração industrial, na implantação de *joint-venture* com a Sabroe (empresa dinamarquesa) e após com a York (empresa americana). Em 2007 assumiu como executivo principal da Recrusul S/A, com o objetivo de reestruturá-la e recolocando-a no mercado após a entrada na fase de recuperação judicial, o qual encerrou-se em dezembro de 2008. Atualmente é um dos principais acionistas da empresa através da MASTER ASSESSORIA. É o Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Recrusul S/A.

Nome: Bernardo Flores – Conselheiro, Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Data de Nascimento: 12/08/1967

Formação: Possui graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Ciências da Computação pela Universidade de Caxias do Sul, RS.

Experiência profissional:

Possui 20 anos de experiência nas áreas de análise de crédito, de ações, banco de investimentos (*corporate finance*), estruturação/reestruturação de empresas (*turnaround projects*), planejamento estratégico e de 7 anos na área de tecnologia da informação. Nos últimos 12 anos, tem trabalhado ativamente em diversos setores da economia brasileira/latino-americana, entre as quais: alimentos (carnes processadas), telecom, internet, software, têxteis, logística/transportes, varejo de vestuário e autopeças/montadoras em projetos de capitalização, reestruturação, *M&A*, *private equity* e pesquisa em ações. Trabalhou nos Estados Unidos na Telenova Communications Inc. como Controller Operacional, estruturando operação de aporte de recursos de *private-equity* de renomadas instituições norte-americanas, na Worldinvest, consultoria financeira no Rio de Janeiro, sendo responsável por todos os projetos de telecom/internet nas operações de fusões e aquisições e, na Corretora Geração, onde estruturou e implantou o Departamento de Análise/Pesquisa de Ações, tendo recebido por dois anos consecutivos (1997 e 1998) o prêmio de melhor analista de investimentos do Sul do Brasil.

Nome: Caio Aurélio Gonzalez Blasco - Conselheiro

Data de Nascimento:

Formação Acadêmica: Possui um Phd em Matemática e Economia Aplicada na Universidade de Chicago.

Experiência Profissional:

Mais de 18 anos de experiência nas áreas de investimento e estruturação de projetos em Distressed and Special Situations em Mercados Emergentes. Trabalhou nos bancos: Deutsche Bank, Millenium Capital, Morgan Stanley e Salomon Brothers.

Nome: Davi Sousa da Rosa - Diretor

Data de Nascimento: 18/07/1984

Formação Acadêmica: Contador formado na Universidade Luterana do Brasil - ULBRA.

Experiência Profissional:

Possui 8 anos de experiência profissional em empresa nacional.

2010/Atual – Recrusul S/A

b. Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do Conselho Fiscal

Nenhum dos candidatos ao Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia a serem indicados pelos acionistas jamais sofreu condenações judiciais ou administrativas.

Item 12.9 do Formulário de Referência - Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. Administradores da Companhia

Não se aplica.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017

Não se aplica.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não se aplica.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não se aplica.

Item 12.10 do Formulário de Referência - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

Não se aplica.

b. Controlador direto ou indireto da Companhia

Não se aplica.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não se aplica.

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017

INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
(ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA INSTRUÇÃO CVM 480/09)

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

Gestão de remuneração voltada para as práticas de mercado de forma a ser competitivo na remuneração e atrair e reter profissionais com as competências requeridas às diversas funções. Tanto a remuneração dos membros do Conselho de Administração, como da Diretoria, é reajustada anualmente segundo os mesmos índices aplicados para atualização dos salários dos funcionários da sociedade.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria propõem aos Senhores Acionistas, que a remuneração mensal global dos administradores, incluindo os honorários dos conselheiros de administração e dos diretores que forem administradores da sociedade, para vigorar a partir de 16 de setembro de 2016, seja fixada em até R\$ 150.250,00 (cento e cinquenta mil e duzentos e cinquenta reais). Propõem, também, que a remuneração dos administradores continue sendo reajustada segundo os mesmos índices aplicados para atualização dos salários dos funcionários da sociedade, visando assim, manter uma política uniforme de reajustes. O montante global proposto, após aprovado pela Assembléia Geral, será distribuído aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, em reunião que com tal finalidade deverá ser realizada pelo Conselho de Administração.

A remuneração dos administradores, em cada um dos órgãos estatutários, se dá da seguinte forma:

- (i) **Conselho de Administração**: Os membros do Conselho de Administração da companhia recebem, a título de honorários, 12 (doze) remunerações por ano, sendo que o valor individual mensal é fixado anualmente pelos próprios membros do Conselho de Administração, dentro do montante global mensal fixado pela Assembléia para pagamento da remuneração dos administradores. A remuneração dos membros do Conselho de Administração é igualitária a todos os conselheiros, uma vez que o Conselho é um órgão de deliberação colegiada.
- (ii) **Diretoria**: Os membros da Diretoria estatutária da companhia recebem 12 (doze) remunerações por ano, a título de honorários, cujo valor individual mensal é fixado pelos membros do Conselho de Administração, dentro do montante global mensal fixado anualmente pela Assembléia para pagamento da remuneração dos administradores. Os Diretores, além dos honorários mensais, recebem, anualmente conforme artigo 14 parágrafo único do estatuto social, um valor a título de participação nos resultados que corresponde a média aritmética dos 12 (doze) LAJIDA'S (Lucro Antes dos Juros, Impostos, no máximo, o valor total da remuneração anual dos Depreciação e Amortização) mensais relativos ao exercício social em questão.

b. Composição da remuneração

- (i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um*
- (ii) Proporção de cada elemento na remuneração total*
- (iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração*
- (iv) Razões que justificam a composição da remuneração*

A remuneração de nossos administradores é composta apenas por uma parcela fixa pagas mensalmente sobre a forma de honorários.

- (i) **Remuneração Fixa**: A Remuneração Fixa é reajustada considerando a data base (julho) e o índice da convenção coletiva da categoria dos metalúrgicos. A empresa mantém a prática de monitorar periodicamente o mercado, através de pesquisas salariais, de modo a adotar uma política de remuneração compatível com os mercados nacional, regional e setorial.

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não se aplica.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Não se aplica.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A totalidade da remuneração de nossos administradores é suportada pela Recrusul S/A, pois as controladas estão sem operação produtiva e comercial.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não se aplica.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos 2 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Os membros da Diretoria estatutária da companhia recebem 12 (doze) remunerações por ano, a título de honorários, cujo valor individual mensal é fixado pelos membros do Conselho de Administração, dentro do montante global mensal fixado anualmente pela Assembléia para pagamento da remuneração dos administradores. Os Diretores, além dos honorários mensais, recebem, anualmente conforme artigo 14 parágrafo único do estatuto social, um valor a título de participação nos resultados que corresponde a média aritmética dos 12 (doze) LAJIDA'S (Lucro Antes dos Juros, Impostos, no máximo, o valor total da remuneração anual dos Depreciação e Amortização) mensais relativos ao exercício social em questão.

Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2016, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Nº de membros	Três	Dois	- . -
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	Três	Dois	- . -
Remuneração Fixa	R\$ 3,6 mil	R\$ 28,8 mil	Não se Aplica
Remuneração variável	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Benefícios pós emprego	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Remuneração baseada em ações	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Valor da remuneração total de cada órgão	R\$ 3,6 mil	R\$ 19,4 mil	Não se Aplica
TOTAL DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES 2015		R\$ 32,4 mil	

Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2015, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Nº de membros	Seis	Dois	- . -
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	Seis	Dois	- . -
Remuneração Fixa	R\$ 3,6 mil	R\$ 19,4 mil	Não se Aplica
Remuneração variável	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Benefícios pós emprego	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Remuneração baseada em ações	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Valor da remuneração total de cada órgão	R\$ 7,2 mil	R\$ 19,4 mil	Não se Aplica
TOTAL DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES 2014		R\$ 26,6 mil	

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017
Remuneração líquida prevista para o presente exercício social, do Conselho de Administração e Diretoria estatutária

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Nº de membros	Três	Dois	- . -
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	Três	Dois	- . -
Remuneração Fixa	R\$ 100 Reais	R\$ 1.255 mil	Não se Aplica
Remuneração variável	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Benefícios pós emprego	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Remuneração baseada em ações	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Valor da remuneração total de cada órgão	R\$ 3,6 mil	R\$ 1.255 mil	Não se Aplica
TOTAL DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES 2016		R\$ 36,7mil	

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente:
 Não se aplica. A remuneração de nossos administradores é composta apenas por uma parcela fixa.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

- Termos e condições gerais*
- Principais objetivos do plano*
- Forma como o plano contribui para esses objetivos*
- Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia*
- Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo*
- Número máximo de ações abrangidas*
- Número máximo de opções a serem outorgadas*
- Condições de aquisição de ações*
- Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício*
- Critérios para fixação do prazo de exercício*
- Forma de liquidação*
- Restrições à transferência das ações*
- Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano*
- Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações*

Não se aplica. A Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações.

13.5 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Recrusul S/A – Ações Ordinárias	737.728	737.728	- . -
Recrusul S/A – Ações Preferenciais	165.181	165.181	- . -

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica. A Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações.

13.7 Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Não se aplica. A Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações.

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017
13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica. A Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens “13.6” a “13.8”, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica. A Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não se aplica. A Companhia não possui um plano de previdência nem para o Conselho de Administração nem para a Diretoria Estatutária.

13.11 Remuneração Média dos membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal nos últimos dois Exercícios Sociais

Ano 2016	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Maior remuneração individual	R\$ 1,2 mil	R\$ 15 mil	- . -
Menor remuneração individual	R\$ 1,2 mil	R\$ 15 mil	- . -
Média remuneração individual	R\$ 1,2 mil	R\$ 15 mil	- . -

Ano 2015	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Maior remuneração individual	R\$ 1,2 mil	R\$ 9,7 mil	- . -
Menor remuneração individual	R\$ 1,2 mil	R\$ 9,7 mil	- . -
Média remuneração individual	R\$ 1,2 mil	R\$ 9,7 mil	- . -

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia

Não se aplica. Não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Em relação aos dois últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2016	2015
Conselho de Administração	1%	1%
Diretoria Estatutária	99%	99%
Conselho Fiscal	0%	0%

No exercício de 2015 e 2016 o Presidente do Conselho de Administração exerceu o cargo de Presidente Executivo da Recrusul S/A.

13.14 Em relação aos dois últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não se aplica.



Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2017

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não se aplica.

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes

Não se aplica.